

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



O DIAGNÓSTICO NA EDUCAÇÃO: IMPEDITIVO OU FACILITADOR?

Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos¹

Essa pesquisa surge a partir da inquietação da autora na época em que era estagiária de uma escola da rede privada do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011; por ser estudante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, por ser referência em educação no estado do Rio de Janeiro, a direção da escola acreditou que a estagiária estaria preparada para realizar um atendimento inclusivo ao estudante Marcos que era uma criança de 12 anos com Síndrome de Down- SD, no terceiro ano do Ensino Fundamental, em uma turma de 42 crianças.

Não sabia ler, escrever e tinha dificuldade em copiar do quadro para o caderno. Marcos ficava excluído da turma nos momentos das atividades, por vezes ia nas mesas dos amigos para implicar e por várias outras vezes saía correndo da sala. A inserção da estagiária nessa turma foi especificamente para acompanhá-lo para evitar que ele ficasse "sozinho". Ao longo do ano letivo, foram realizadas diversas tentativas de atividades, por parte da estagiária, para que ele interagisse, mas por saber que ela não era a professora da turma e por ver as atividades diferentes das dos seus amigos, ele se recusava a fazer.

A escola não contava com uma sala de Atendimento Educacional Especializado e muito menos com profissionais que atuassem na área da Educação Inclusiva/Especial, além disso, a escola exigia que a família apresentasse um diagnóstico atualizado feito por um médico e uma psicóloga e usava a falta de desse documento para justificar a exclusão da criança. Essas vivências, enquanto estagiária, fizeram-me levantar alguns questionamentos que foram pontuados em meu Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como título "Inclusão Excludente: Análise de uma Experiência", na época eu estava no sétimo período da graduação de pedagogia e só tinha tido uma matéria sobre Educação Inclusiva, o que me fez indagar se nossos currículos preparam os docentes para a sala de aula.

O segundo questionamento, que é o que vou me ater neste trabalho, é a justificativa da não-inclusão, pela falta do diagnóstico. Até que ponto um papel pode determinar ou impedir que

¹ Professora no Sesc RJ e Pesquisadora do Observatório sobre Inclusão em Educação e Direitos Humanos, da UFF. priscilapincos@yahoo.com.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



ocorra o processo de inclusão que favoreça a aprendizagem do estudante com Necessidade Educacional Específica? Qual é o lugar do diagnóstico na escola? Colocando-o em um lugar de destaque, não estaríamos medicalizando a educação?

Com isso, o objetivo desse trabalho é compreender se há necessidade da espera do diagnóstico para que a escola possa iniciar o processo de inclusão de um estudante. Esse estudo inicia-se com um relato de experiência, todavia também usaremos os recursos da pesquisa documental para compreender o que os autores e até mesmo a lei nos dizem a respeito do posicionamento da escola citada. O referido trabalho se enquadra em um estudo qualitativo uma vez que não apresentaremos dados ou pesquisas que enumerem nossas hipóteses. “Trata-se, ainda, de uma análise qualitativa, uma vez que entram em jogo anotações para descrever e compreender uma situação, mais do que números para enumerar as frequências de comportamentos”. (apud JACCOUD, MAYER, 2008.p255).

Antes de dar início a problematização do tema, precisamos retornar a linha do tempo e relembrar que lá trás (século XIX e XX), as crianças com NEE eram atendidas em centros de saúde e seus processos de aprendizagem ficavam a cargo de médicos e terapeutas, Januzzi (1985) nos conta sobre esse retrato do início da educação desses estudantes “A orientação principal na educação dessas crianças seria dada pelo médico, auxiliado pelo pedagogo. Este deveria ser instruído em escola superior, por mestres vindos da Europa e dos Estados Unidos”. (p.43)

O que seria ensinado a esses indivíduos dependia de qual classificação eles recebiam, segundo Januzzi (1985) se eram “anormais incompletos” ou “anormais completos”; os incompletos receberiam aprendizagens básicas, tais como números, palavras etc. Os “completos” seriam instruídos apenas para ações elementares da rotina cotidiana: comer, vestir-se, comportamento etc.

Ou seja, os sujeitos com NEE tinham seus processos de aprendizagem avaliados a partir do diagnóstico médico e não da avaliação do profissional da educação, eram os médicos que determinavam o que cada um iria ou não ser capaz de aprender.

Entretanto, ainda hoje, apesar do relato exposto ser de 2011, vemos que muitas escolas esperam o posicionamento médico, para iniciar as adaptações necessárias para inclusão das crianças com Necessidades Específicas, mas grave ainda, é quando a escola se recusa a oferecer

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFES

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



um Atendimento Educacional Especializado para um determinado estudante que apresenta dificuldades na aprendizagem, por não ser um aluno com deficiência.

Ao encampar diagnósticos para delimitar nossas práticas pedagógicas, deformamos subjetividades e determinamos a deterioração da vida do sujeito e de sua família. Acentuamos a criação de estigmas e transformamos a sala de aula não em espaço de exercício da criatividade, mas em extensão dos consultórios médicos. Fixamos nossas práticas com base em restrições do nosso olhar sobre o mundo e sobre a realidade (GOMES, 2020, sem p/).

Ou seja, a inclusão de determinada criança fica a mercê do diagnóstico da deficiência e quando não há, por mais que apresente dificuldades em aprender, o estudante não é acolhido pela escola, assim como Gomes pontuou, a escola torna-se uma extensão dos consultórios médicos e o professor perde ou até mesmo não assume a autonomia do seu processo de ensinar, uma vez que não busca elementos para atingir a todos os sujeitos presentes na sala.

No caso do relato em questão, a dificuldade apresentada pelo Marcos, não era determinada por sua Síndrome, um diagnóstico não iria indicar quais práticas pedagógicas poderiam ser usadas para a inclusão dele. A partir de 2014 esse tipo de conduta por parte da escola foi considerado discriminação de acordo com a Nota Técnica 04(2014) do MEC

A exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito.

O mesmo estudante continuou sofrendo exclusão na mesma escola e em 2013, outra estagiária narrou essa exclusão em seu TCC como estudo de caso. O que vemos aqui, é a inclusão quantitativa, a matrícula é efetivada, a escola tem os documentos para comprovar que aceita a todos e todas, todavia, na prática educacional a exclusão predomina uma vez que a escola não está preparada para as diversas possibilidades existentes no processo de ensino/aprendizagem.

É possível ainda vermos casos de familiares que tem a matrícula negada na escola SANTOS (2015), após apresentarem o diagnóstico de seus filhos; recentemente a mãe de um menino autista postou nas redes sociais seu relato de exclusão: A matrícula na escola já estava feita e os materiais comprados, quando levou os documentos que faltavam e o diagnóstico do seu filho, a escola informou que havia se equivocado quanto a turma referida e que não havia mais vagas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Quais são as determinações que existem em um diagnóstico capazes de dizer sobre a interação social, preferências e interesses de determinado estudante? Seria visto o diagnóstico como uma espécie de currículo, na perspectiva de identificar as habilidade e experiências daquele Ser? Conforme Gomes e Muniz (2020) trazem “Não podemos, pois, ignorar que o diagnóstico é um mecanismo de controle social a pautar uma lógica dentro de um sistema mais amplo das Ciências, não apenas da Medicina. (p.187)

Nesse referido caso, podemos afirmar que a educação usa o diagnóstico como mecanismo de controle social, a partir do momento que esses indivíduos são marginalizados na escola, deixados de lado, retirados de sala no momento da explicação para irem até a sala de recursos, quando estão matriculados em uma turma, mas se tornam acompanhantes da coordenação pedagógica para não atrapalhar o andamento da aula, ou ainda, quando a avaliação médica é usada como justificativa para a não aprendizagem.

Vygotsky (1998) acredita que a aprendizagem ocorre a partir da interação do indivíduo com o outro e com o meio que o cerca, pensando nessa perspectiva não faz sentido negar a aprendizagem a um estudante avaliando apenas o CID que está em uma “folha de papel”

Aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. (...) o conceito em Vygotsky tem um significado mais abrangente, sempre envolvendo interação social. (OLIVEIRA, 1995, p. 57).

A partir do que aqui foi exposto, fica evidente que precisamos repensar a importância dada pela escola ao diagnóstico. Compreendendo o indivíduo para além dos rótulos sociais que existem e o enxergando além do que nos é imposto. Enquanto educadores e pesquisadores da educação nos cabe em nossos espaços de atuação, buscar práticas que tornem o processo de ensino/aprendizagem acessível a todos. Entender a dificuldade de compreensão de assimilação de conteúdo para mais abrangente que o número de um CID.

Oferecer diversas estratégias e repensar a escola como um espaço para todos e todas, que são iguais justamente por serem diferentes e não limitar o estudante ao rótulo que a vida lhe impôs, mas possibilitar que as interações e mediações do ambiente escolar proporcionem a aprendizagem que lhe é um direito.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFPA

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



AMOSC
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Palavras-chave: Diagnóstico. Aprendizagem. Inclusão

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192

FLORES, Júlia. Escola nega matrícula de filho autista e influenciadora desabafa: "Exausta". De universa. 2021 Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/13/influenciadora-denuncia-escola-por-recusar-a-matricula-do-filho-autista.htm?cmpid=copiaecola>

GOMES, Jacqueline de Souza. Sala de aula: "laboratório", e não consultório. Educação Pública, v. 20, nº 18, 19 de maio de 2020. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/18/sala-de-aula-laboratorio-e-nao-consultorio>

GOMES, Jacqueline de Souza. MUNIZ, Ana Guimarães Corrêa Ramos. DIAGNÓSTICO COMO ACORDO SOCIAL: contribuições a partir da Sociologia do Diagnóstico - Entrevista com Annemarie Jutel. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n. 15, p. 184-193, set./dez., 2020

Jaccoud, Mylene. Mayer, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa : enfoques epistemológicos e metodológicos I tradução de Ana Cristina. Nasser.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JANUZZI, Gilberto Sampaio de Martino. História da educação do "Deficiente Mental". Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp. São Paulo. 1985

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. O direito das pessoas com deficiência à Educação Inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva na promoção da acessibilidade na escola. Revista InFor, n.1, 2015. Disponível em:

<https://ojs.ead.unesp.br/index.php/need/article/view/8/5>

SILVA, Priscila dos Santos Rodrigues. Inclusão Excludente: Análise de uma Experiência. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação. UERJ. Rio de Janeiro. 2013

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

